

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE**  
2 **PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA ONZE DE MAIO, ÀS**  
3 **NOVE HORAS, NO ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS DA**  
4 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.** Aos onze dias do mês de maio  
5 de dois mil e quinze, às nove horas, no Auditório das Pró-Reitorias da Universidade  
6 Federal de Juiz Fora, reuniu-se o Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa  
7 (CSPP), regimentalmente convocado, sob a Presidência da Senhora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria  
8 Cristina Andreolli Lopes, Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação e com a  
9 presença dos seguintes Conselheiros:

10       Juliana de Oliveira Fonseca, representante do Programa de Pós-Graduação em  
11       Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados; Prof. Luiz Antônio S. Costa,  
12       representante do Comitê Assessor de Pesquisa em Ciências Humanas; Prof.  
13       Emerson José Sena da Silveira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
14       Ciência da Religião; Amanda Oliva Pereira, representante do Programa de Pós-  
15       Graduação em Educação; Debora Vieira, Coordenadora de Secretaria do  
16       Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública; Prof.<sup>a</sup>  
17       Andréa Pereira Luizi Ponzó, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
18       em Ecologia; Prof.<sup>a</sup> Iluska Coutinho, representante do Programa de Pós-  
19       Graduação em Comunicação; Prof. Roberto da Gama Alves, Coordenador do  
20       Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Comportamento Animal;  
21       Prof. Alexandre Mansur Barata, Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
22       em História; Prof. Antônio Márcio Rezende do Carmo, Coordenador do  
23       Programa de Pós-Graduação em Clínica Odontológica; Denis Franco Silva,  
24       Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação; Prof.<sup>a</sup>  
25       Maria Silvana Alves, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências  
26       Farmacêuticas; Prof. Leonardo G. Fonseca, Vice Coordenador do Programa de  
27       Pós-Graduação em Modelagem Computacional; Prof. Rafael Alves Bonfim de  
28       Queiroz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Modelagem  
29       Computacional; Marcos Tanure Sanabio, Vice Coordenador do Programa de  
30       Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública; Prof. Ricardo da  
31       Silva Freguglia, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia;  
32       Sidney Willians S. Torres, representante dos Servidores Técnicos  
33       Administrativos da UFJF; Márcia Souza, representante dos Servidores Técnicos  
34       Administrativos da UFJF; Prof. Wilson de Souza Melo, representante do  
35       Mestrado Profissional em Ensino de Física em Rede; Prof.<sup>a</sup> Maria Teresa

36 Bustamante Teixeira, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde  
37 Coletiva; Prof. Dmitri Cerboncini Fernandes, Coordenador do Programa de Pós-  
38 Graduação em Ciências Sociais; Prof.<sup>a</sup> Cássia de Castro Martins Ferreira,  
39 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia; Prof. Fernando  
40 Sato, Coordenador do Programa De Pós-Graduação em Física; Prof. José  
41 Barbosa, Coordenador do Mestrado Profissional em Rede em Matemática –  
42 PROFMAT; Prof.<sup>a</sup> Carina Berta Moljo, Coordenadora do Programa de Pós-  
43 Graduação em Serviço Social; Prof.<sup>a</sup> Luciana Teixeira, Coordenadora do  
44 Programa de Pós-Graduação em Linguística; Prof.<sup>a</sup> Flavia Cavalieri Machado,  
45 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Química; Prof.<sup>a</sup> Anna Maria  
46 de Oliveira Salimena, Coordenadora do programa de Pós-Graduação em  
47 Enfermagem; Prof. Paulo Henrique Dias Menezes, Representante do Comitê  
48 Assessor em Ciências Humanas; André de Lima Xandó, representante dos  
49 Servidores Técnicos Administrativos da UFJF; Prof.<sup>a</sup> Flaviana Andrea Ribeiro,  
50 Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Matemática; Prof. Amarildo  
51 Melchades da Silva, Coordenador do Mestrado em Profissional em Educação  
52 Matemática, Prof.<sup>a</sup> Maria Lucia Bueno Ramos, Coordenadora do Programa de  
53 Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens; Prof.<sup>a</sup> Neusa Salim  
54 Miranda, Coordenadora do Mestrado Profissional em Rede em Letras e Prof.  
55 Lyderson Facio Viccini, Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação.

56 A Presidente agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião passando à pauta do dia.  
57 **I – Aprovação da ata da reunião do CSPP realizada no dia dezesseis de abril de**  
58 **2015.** A Presidente colocou a Ata da reunião deste Conselho ocorrida no dia dezesseis  
59 de abril do corrente ano sob apreciação da plenária. Em seguida, questionou os presentes  
60 acerca da necessidade de alteração ou ajustes. Neste momento, o prof. José Barbosa  
61 solicitou alguns ajustes pontuais, como correção de grafia em seu nome e ajustes  
62 ortográficos. Não havendo mais nenhuma solicitação de correção a Presidente colocou  
63 a ata sob votação ocorrendo a aprovação por unanimidade mediante os ajustes  
64 solicitados. **II – Comunicações:** A Pró-reitora iniciou este item de pauta comunicando  
65 aos coordenadores de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGs) da UFJF que  
66 havia recebido mais um pedido de informações por parte do Setor de Auditorias da  
67 Instituição. Assim, realizou a leitura da solicitação de dados à PROPG, destacando que  
68 iria encaminhar o pedido a todos os coordenadores, enfatizando que o prazo para envio  
69 à Auditoria da UFJF estava estabelecido em quatro dias. Em seguida, a prof.<sup>a</sup>. Carina  
70 Moljo relatou à Presidente que já enviou todos os dados que tem em seu controle por

71 meio das respostas aos pedidos anteriores, ressaltando que não existem mais  
72 informações para serem encaminhadas. Em resposta, a Pró-Reitora destacou que a  
73 PROPG tem que atender as solicitações da Auditoria, e que neste sentido, cada PPG  
74 deve proceder da maneira que achar oportuno de acordo com seus processos de  
75 organização, mas sempre atendendo a demanda em questão. Também destacou que a  
76 PROPG e as coordenações de PPGs precisam rever as resoluções em vigor para que as  
77 mesmas atendam as exigências legais atuais, evoluindo da concepção legal à época em  
78 que foram elaboradas. Em seguida, a prof<sup>a</sup>. Silvana perguntou à Pró-reitora se os  
79 processos de auditoria seriam apenas burocráticos ou se haveria ações de campo.  
80 Respondendo, a Presidente informou que no presente momento os procedimentos são  
81 documentais, mas ressaltou que não se pode negar a possibilidade de haver ações de  
82 campo no futuro. No momento seguinte, a plenária se manifestou de modo unanime  
83 quanto ao desconforto gerado pelos trâmites das auditorias em curso, enfatizando o  
84 despreparo jurídico dos coordenadores para responder e a grande demanda de trabalho  
85 que os procedimentos geram, ocasionando problemas na rotina dos PPGs. Considerando  
86 a colocação da plenária, a Presidente solicitou apoio ao prof. Denis Franco perguntando  
87 ao mesmo se as solicitações da Auditoria da UFJF poderiam ser questionadas, pelo  
88 menos quanto aos métodos e prazos apresentados. Em resposta, o professor relatou que  
89 pode haver tal questionamento, entretanto, ressaltou que o mesmo deve ser apresentado  
90 conjuntamente com a resposta formal pertinente. Em continuidade, a Prof<sup>a</sup>. Maria  
91 Cristina perguntou ao professor como poderia se apresentar a interpretação da Auditoria  
92 diante de um desses questionamentos. Com tal apresentação, o prof. Denis Franco  
93 destacou que provavelmente haveria recomendação de ações por parte da Auditoria.  
94 Também ressaltou que tal setor na Instituição tem caráter preventivo, com a  
95 possibilidade de comunicação de irregularidades à Controladoria Geral da União  
96 (CGU). Após tais apontamentos, a Presidente afirmou que usaria a resposta formal do  
97 professor Denis como base para construção das informações da PROPG e também pediu  
98 apoio, com caráter de consultoria, ao mesmo no andamento desse processo. Por fim,  
99 informou à plenária que no dia anterior a esta reunião, em dez de maio de 2015,  
100 respondeu e finalizou um dos pedidos de auditoria em curso, restando apenas o citado  
101 na plenária. Não havendo mais comunicações a Presidente passou à ordem do dia. **III –**  
102 **Ordem do Dia: 1. Abertura de Mestrado Profissional: Prof. História.** A Pró-Reitora  
103 relatou que este item de pauta era uma solicitação do prof. Alexandre Barata,  
104 coordenador do PPG História, em conjunto com a Professora Chefe de Departamento de  
105 História. Porém, em virtude do curto prazo para montagem e apresentação da proposta

106 os professores pediram a retirada deste item da pauta, relatando que aguardam a  
107 próxima chamada da CAPES. Dessa forma, este item foi retirado de pauta com  
108 consentimento da plenária. **2. Abertura de Mestrado Profissional: Prof. Inovação**  
109 **Tecnológica.** A Presidente relatou à plenária que a proposta de criação de Mestrado  
110 Profissional em Inovação tecnológica foi apresentada no ano anterior, no pró-reitorado  
111 do prof. Fernando Monteiro Aarestrup. Neste sentido, destacou que o processo foi  
112 reapresentado em trinta de abril do corrente ano à PROPG. Diante do fato, pediu à  
113 plenária que deliberasse acerca do trâmite do processo para que a decisão quanto ao  
114 encaminhamento do mesmo se apresentasse por meio da instância do CSPP. Neste  
115 contexto, a Presidente convidou o prof. José Paulo para apresentar seu relato quanto ao  
116 processo em análise e esclarecer possíveis dúvidas. Neste sentido, o professor relatou  
117 que o processo foi criado e submetido à PROPG no ano de 2014, destacando o foco no  
118 segmento de Inovação e Tecnologia e em parcerias com empresas de micro e grande  
119 porte para custeio das bolsas do programa. Informou que a PROPG deliberou pelo  
120 encaminhamento à CAPES, o que foi realizado em dezembro de 2014. Posteriormente,  
121 foi informado pela Agência que o processo estava em diligência, assim, sendo  
122 necessário aguardar a resposta oficial da CAPES para apresentar recurso, se necessário.  
123 Em seguida, relatou que a Agência agendou e realizou a diligência no dia trinta de abril  
124 deste ano, gerando o apontamento de alguns problemas que deveriam ser resolvidos,  
125 como corpo docente não pertinente a área de inovação tecnológica e disciplinas deste  
126 segmento, porém, com destaque para a qualificação do mesmo. Neste contexto,  
127 informou que houve a reprovação da proposta por parte da CAPES, mas com a  
128 consideração de segmento da proposta em caso de resolução dos problemas aferidos.  
129 Avançando, destacou que a demora da CAPES em responder e se mobilizar para a  
130 diligência gerou a perda de prazo para o reencaminhamento da proposta na UFJF.  
131 Também relatou que informou a Agência que perderia o prazo da UFJF devido a  
132 demora, sendo informado que bastaria relatar à UFJF que se trataria de uma demanda  
133 por ajuste único, explicitando a especificidade da situação. Assim, destacou que trouxe  
134 o processo ao CSPP para a presente análise e reencaminhamento à CAPES. Terminada a  
135 explanação do professor, a Presidente abriu o momento para considerações e dúvidas  
136 dos Conselheiros. Neste momento, a prof<sup>ª</sup>. Flávia Machado perguntou ao prof. José  
137 Paulo se já havia sido realizado o ajuste pedido pela CAPES no corpo docente. Em  
138 resposta, o professor atestou que conseguiu, mediante a nova proposta para o ano de  
139 2015, a adequação solicitada. Também destacou que a CAPES solicitou que todos os  
140 docentes fossem exclusivos, entretanto, ressaltou que isto não era possível e que a

141 CAPES atestara que tal fator não era item de reprovação da proposta, apenas uma  
142 indicação. Em seguida, a prof<sup>a</sup>. Carina Moljo lembrou a plenária que a aprovação dessa  
143 proposta em 2014 foi por meio de deliberação *ad referendum* do Presidente do CSPP à  
144 época, tendo em vista que não houve quórum na reunião agendada para tratar a pauta.  
145 Também relatou que essas modalidades de mestrados profissionais, apesar de relatarem  
146 financiamento e apoio de empresas privadas, acabam por demandar recursos  
147 institucionais para manter suas atividades. Em continuidade, a prof<sup>a</sup>. Silvana Alves  
148 corroborou com o relato da professora e citou os problemas aferidos na proposta à época  
149 e a ausência de departamento de vinculação à mesma. Também relatou que os ajustes  
150 foram solicitados na reunião, mesmo com a ausência de quórum regulamentar, e que o  
151 processo não retornou mais a esta plenária. Por fim, pediu relato ao professor  
152 responsável acerca dos trâmites que sucederam a reunião citada. Respondendo, o prof.  
153 José Paulo informou que a vinculação da proposta a departamento específico não foi  
154 realizada, mas sim com o Núcleo de Ensino à Distância, uma vez que boa parte das  
155 disciplinas ofertada são à distância. Porém, destacou que em conversa com os docentes  
156 que compõem a proposta abriu-se a possibilidade de vinculação com qualquer dos  
157 departamentos aos quais os mesmos estão atrelados. Entretanto, destacou que essa  
158 demanda não foi pauta de apontamento por parte da CAPES em nenhuma das etapas  
159 avaliativas. Assim, destacou que a única pauta da diligência que não será atendida é a  
160 exclusividade do corpo docente ao programa que será criado, ficando o quadro com  
161 50% de docentes exclusivos, porém, reiterando que este fato não é precedente de  
162 reprovação da proposta. No momento seguinte, o prof. Lyderson apresentou sugestão de  
163 encaminhamento, tendo em vista sua concepção de duas correntes em pauta para o  
164 assunto, uma questão acadêmica e outra interna. Assim, relatou que a pauta acadêmica é  
165 pertinente à CAPES e já foi atendida, já a outra é interna e regulamentar, precisando ser  
166 resolvida. Dessa forma, sugeriu a formação de uma comissão de dois ou três membros  
167 para analisar os ajustes e sua adequação. Neste momento, a Presidente perguntou ao  
168 professor responsável acerca da relação da proposta com o CRITT da UFJF, uma vez  
169 que se trata de mestrado profissional em inovação tecnológica. Respondendo, o prof.  
170 José Paulo relatou que a interação se faz por meio das empresas, através dos registros de  
171 patentes e inovação tecnológica. Também destacou que se houver corpo docente com  
172 perfil e disponibilidade poderá ser proposta uma contribuição acadêmica. Contribuindo,  
173 a prof<sup>a</sup>. Nádia Rezende, responsável pelo CRITT UFJF, destacou que no presente  
174 momento esse corpo docente não existe no CRITT. Em seguida, a Presidente agradeceu  
175 a presença do prof. José Paulo e por seus esclarecimentos e despediu-o, relatando que

176 comunicará em breve a deliberação da plenária acerca da proposta em análise. **3.**  
177 **Apreciação e homologação do Processo 23071.017441/2012-54, Revalidação de**  
178 **Diploma de Mestrado expedido por Instituição estrangeira em Educação Física.** A  
179 Presidente apresentou aos conselheiros o processo 23071.017441/2012-54, que trata da  
180 solicitação de revalidação de diploma de Mestrado em Educação Física, tendo como  
181 interessado Carlos Vagner Nascimento Alves, atestando a adequação do processo à  
182 Resolução 05/2009 do Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa, que regulamenta  
183 tal modalidade de trâmite na UFJF, e o deferimento da Banca de Defesa estruturada para  
184 análise no PPG Educação Física da UFJF, com o devido deferimento da coordenação do  
185 curso. Dessa forma, a Pró-Reitora colocou o processo em pauta sob votação, não  
186 ocorrendo considerações por parte dos conselheiros, houve a aprovação por  
187 unanimidade da homologação da revalidação. Avançando para o item seguinte da pauta,  
188 a Pró-Reitora explicou aos conselheiros que o CSPP já havia deliberado sobre o item,  
189 que se apresentaria como quarto na pauta desta reunião, denominado “Apreciação e  
190 deliberação acerca da alteração de nome do curso de aperfeiçoamento em Atividades  
191 Físicas para Pessoas com Deficiência”. Dessa forma, após a justificativa, retirou o item  
192 da pauta do dia. **4. Apreciação e deliberação acerca de alteração de nome do curso**  
193 **de mestrado em Economia Aplicada.** A Presidente registrou o pedido formal do  
194 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada acerca de alteração  
195 neste nome, passando o curso a ser chamado Programa de Pós-graduação em Economia.  
196 Em seguida, passou a palavra para o coordenador do referido curso para que o mesmo  
197 justificasse seu pleito. Neste momento, o Prof. Ricardo Freguglia, Coordenador do curso  
198 em questão, justificou o pedido atestando que o nome anterior foi criado concebendo  
199 apenas a modalidade de mestrado, ofertada na época. Entretanto, ressaltou que com a  
200 abertura da modalidade de doutorado no Programa a delimitação do nome em Economia  
201 Aplicada não atendia a delimitação do doutorado. Assim, informou que o colegiado do  
202 PPG decidiu pela troca de nomes visando o abarque das linhas de trabalho nas duas  
203 modalidades. Após esta explanação, a Presidente colocou a alteração de nome sob  
204 apreciação da plenária. Não havendo questionamentos, a Presidente realizou a votação  
205 da homologação da alteração de nome, ocorrendo a aprovação por unanimidade. **6.**  
206 **Processo 23071.020780/2014-80 – Recurso de decisão de desligamento do curso de**  
207 **Gestão e Avaliação da educação Pública.** Abordando este ponto de pauta, a Prof<sup>a</sup>.  
208 Maria Cristina relatou que já tratou do presente processo anteriormente no CSPP.  
209 Lembrou que naquela oportunidade o Coordenador do Programa de Pós-graduação em  
210 Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) não pôde se manifestar. Assim, passou

211 a palavra para o Prof. Marcos Tanure Sanábio, Vice Coordenador do PPGP. O referido  
212 professor informou que a discente Ises Maria Gomes Cintra está matriculada na segunda  
213 turma de 2011 do PPGP. Relatou que a docente realizou a qualificação no Programa  
214 com trinta meses, sob autorização específica do Colegiado. Neste período, o  
215 coordenador informou que a discente foi reprovada por três vezes em uma das  
216 disciplinas do curso, chamada “Temas da Reforma da Educação”. Assim, relatou que a  
217 defesa da dissertação da aluna deveria ocorrer até o período máximo de julho de 2014.  
218 Neste sentido, afirmou que a discente não atendeu ao prazo estabelecido, forçando o  
219 desligamento da mesma do Programa. Neste contexto, citou as justificativas da aluna,  
220 embasadas em caso de doença na família, porém, atestou que não houve o pedido de  
221 afastamento formal. Avançando, relatou o pedido de reoferta da disciplina, na qual a  
222 discente foi reprovada, e o posterior agendamento da defesa por parte da aluna.  
223 Entretanto, o PPG já havia formalizado processo de desligamento. Neste contexto,  
224 explicou que a discente impetrou recurso por meio deste Conselho, o qual levou o  
225 processo à Procuradoria Federal da UFJF. Por esse motivo, o professor explicou sua não  
226 manifestação até o presente momento, aguardando posicionamento jurídico da  
227 Procuradoria. Dessa forma, destacou que a Procuradoria da UFJF sugeriu a reoferta da  
228 disciplina, não como ato obrigatório, mas como meio para solução do impasse.  
229 Entretanto, explicou à plenária que a disciplina é ofertada anualmente, fato que  
230 demandaria mais tempo para a defesa de dissertação da docente, e ainda citou o fato das  
231 três reprovações na disciplina citada, o que possibilita o desligamento direto da aluna  
232 segundo o regimento da pós-graduação da UFJF. Terminada as colocações do professor,  
233 a Presidente abriu o momento para debate. Neste momento, o Prof. Denis Franco  
234 perguntou ao Coordenador do PPGP se a disciplina que deveria ser ofertada à discente  
235 havia sido disponibilizada enquanto a aluna estava presente no curso. Respondendo, o  
236 coordenador relatou que sim, inclusive atestando a reprovação da discente em três  
237 oportunidades. Em continuidade, o Prof. Dmitri Cerboncini questionou ao coordenador  
238 se o regimento de seu Programa não previa o desligamento em caso de duas  
239 reprovações, como a da maioria dos PPGs da UFJF, embasados no regimento geral. Em  
240 resposta, o Prof. Marcos Tanure afirmou que sim, mas ressaltou que aluna se  
241 enquadrava em situação excepcional por se tratar da primeira turma e ainda existir uma  
242 taxa de tolerância. Em continuidade, a Presidente informou à plenária que o parecer da  
243 Procuradoria Federal da UFJF exclui aspectos técnicos, como o regimento geral da pós-  
244 graduação, o posicionamento do PPGP e o entendimento deste Conselho, abraçando  
245 apenas a possibilidade de atendimento do pedido da discente. Assim, destacou que no

246 presente momento o Conselho dispõe de todas as informações para deliberar.  
247 Corroborando, o Prof. Denis Franco destacou que a Procuradoria da UFJF atestou a  
248 possibilidade de atender a demanda da aluna, de deferir tal pedido, e não apresentou a  
249 possibilidade como definitiva. Assim ressaltou que também é possível indeferir  
250 mediante as questões envolvidas. Avançando, o Prof. Roberto Gama perguntou se a  
251 Procuradoria teve acesso às justificativas do PPGP. Em resposta, a Presidente afirmou  
252 que a Procuradoria não teve acesso às justificativas e nem as informações tratadas neste  
253 Conselho. Neste contexto, pediu aos conselheiros encaminhamento sobre a pauta. Neste  
254 momento, os professores Antônio Márcio e Iluska Coutinho atestaram a possibilidade  
255 de decisão no momento, mediante a autonomia deste Conselho, corroborados pela Prof.  
256 Marcos Tanure que pediu votação acerca do atendimento ou não do pedido da discente.  
257 Mediante a colocação dos professores e aceite da plenária a Presidente colocou a  
258 solicitação de recurso pelo processo em pauta sob votação. Dessa forma, venceu a  
259 decisão pelo não atendimento ao recurso, efetivando o desligamento da aluna, por  
260 unanimidade. **IV – Assuntos Gerais:** Neste momento, a Pró-Reitora informou aos  
261 conselheiros acerca do andamento das compras do Edital Pró-Equipamentos CAPES  
262 2014, atestando que a PROPG realizou levantamento detalhado dos itens solicitados  
263 pelos PPGS por meio deste Edital. Assim, realizou a leitura do relatório, que apresenta a  
264 situação de execução de cada item, explicando que a UFJF fez ajustes financeiros com o  
265 recurso pertinente ao mesmo e agora aguarda a chegada do orçamento anual de 2015  
266 para finalizar os procedimentos de compra, uma vez que os repasses fracionados apenas  
267 disponibilizam a opção de custeio. No momento seguinte, a Prof<sup>a</sup>. Luciana Teixeira  
268 sugeriu que na próxima reunião deste Conselho um dos pontos de pautas abordasse o  
269 tema da regulamentação de estágio docência na UFJF. Neste contexto, relatou para a  
270 plenária que tal regulamentação foi aprovada em uma reunião deste Conselho no pró-  
271 reitorado do Prof. Fernando Monteiro Aarestrup. Ainda destacou que a Portaria  
272 estabelecida pela regulamentação naquele encontro fere a Portaria reguladora da  
273 CAPES. Assim, destacou a necessidade de rever as normas vigentes. Continuando,  
274 também propôs alteração da delimitação de tempo de permanência de coordenadores de  
275 PPGs nos cargos, demarcado pelo período máximo de três anos, sugerindo a nova  
276 delimitação em quatro anos, justificada pelo novo período de avaliação da CAPES que  
277 ocorre agora durante o mesmo período. Em seguida, o Prof. Wilson alertou o Conselho  
278 que a reunião desta plenária citada pela professora não teve como finalidade a regulação  
279 do estágio docência na Instituição, mas sim uma regulamentação para as atividades dos  
280 Bolsistas REUNI CAPES que se tornaram em Demanda Social. Assim, destacou que os



281 PPGs, por meio de seus coordenadores, apresentaram suas necessidades naquele  
282 encontro embasando a normatização para atendimento das mesmas. Por fim, atestou que  
283 uma mudança nesta regulação poderá ocasionar grandes problemas em todos os PPGs  
284 do Instituto de Ciências Exatas. Diante do exposto, a Presidente pediu a Prof<sup>a</sup>. Luciana e  
285 ao Prof. Wilson que remetessem a seu gabinete toda documentação pertinente à  
286 regulamentação para que se possa estruturar uma discussão para a próxima reunião deste  
287 Conselho. Corroborando, o Prof. Dmitri Cerboncini lembrou que a denominação correta  
288 era “prática docente”, em vistas da regulamentação das atividades dos bolsistas REUNI  
289 que se tornariam Demanda Social CAPES. Por fim, apresentadas as considerações  
290 finais, a Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Para  
291 constar, foi lavrada a presente ata, que transcrevo, dato e assino.

292

293

Juiz de Fora, 11 de maio de 2015.

294

295

296

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Andreolli Lopes

297

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação/Presidente do CSPP

298

299

300

Tonny Aparecido Vidal Barra de Souza

301

Secretário do CSPP

302

Aprovada na reunião do dia 19/08/2015.